

RESENHA

Filipe Costa Fontes

PIPER, John; TAYLOR, Justin; HELSETH, Paul K. **Teísmo Aberto – Uma teologia além dos limites bíblicos**. São Paulo: Vida, 2001. 501 p.

O Teísmo Aberto, movimento que nasceu no evangelicalismo norte-americano, é uma corrente de pensamento que coloca em cheque um dos principais aspectos da fé cristã histórica: sua concepção acerca de Deus. Seu propósito primordial é primeiramente abandonar o conceito tradicional de Deus que, segundo seus proponentes, é fruto de uma síntese de pressupostos bíblicos com pressupostos da filosofia grega clássica, mais especificamente o platonismo e neoplatonismo, o que o tornou um Deus distante e não relacional. Em segundo lugar, propor um novo conceito de Deus baseado unicamente na exegese bíblica, livre de pressupostos filosóficos, que apresenta um Deus mais pessoal, relacional e envolvido com a história humana.

É crucial compreender que o teísmo aberto não é simplesmente outra batalha intramuros entre os evangélicos. Não é um debate sobre doutrinas de segunda categoria, minúcias ou assuntos periféricos. Ao contrário, é um debate sobre Deus e as características centrais da fé cristã (p. 17).

Esse edifício teológico-filosófico apresenta um “Deus” que, por amor, dotou o homem de completa autonomia e se abriu para novas experiências, dentre elas, a de conhecer progressivamente os acontecimentos históricos, à medida que eles se processam, colocando em cheque atributos divinos essenciais, tais como sua soberania, onisciência, providência e imutabilidade, dentre outros.¹

¹ Para mais informações sobre o Teísmo Aberto, ver CAMPOS, Heber Carlos de. O Teísmo Aberto: Um ensaio introdutório, *Fides Reformata*, IX, nº 2 (2004): 29-55.

O livro *Teísmo Aberto – Uma Teologia além dos Limites Bíblicos* chega em tempo oportuno ao nosso país, onde os pressupostos dessa corrente de pensamento começam a fazer parte do pensamento de alguns nomes do evangelicalismo brasileiro.

A obra organizada por John Piper, Justin Taylor e Paul K. Helseth é composta de uma série de ensaios que respondem a mais recente literatura dos teístas abertos norte-americanos. Sua proposta é disponibilizar uma análise do pensamento desses teólogos, bem como de seus argumentos contrários à concepção tradicional de Deus, em pelo menos quatro perspectivas, quais sejam: histórica, filosófica, exegética e teológica, as quais determinam a estrutura da obra. Para tanto, além de escrever parte dos ensaios, os organizadores contam com a colaboração de nomes como A. B. Caneday, Chad Owen Brand, Mark R. Talbot, Michael S. Horton, Russel Fuller, Stephen J. Wellum, Wayne Grudem e William C. Davis.

A primeira parte da obra, composta por dois ensaios, visa analisar, numa perspectiva histórica, a crítica de que a teologia cristã tradicional e a teologia judaica teriam sido distorcidas pela sua síntese com pressupostos da filosofia grega clássica, bem como verificar a suposta neutralidade filosófica do teísmo aberto. No primeiro ensaio, Russel Fuller analisa a crítica quanto à corrupção da teologia judaica. Utilizando fontes primárias, sobretudo o testemunho dos primeiros rabinos do Talmude e do Midrash, Fuller mostra que, embora existam paralelos teológicos e exegéticos, os mesmos são ocasionais, e que a influência da filosofia grega na literatura rabínica se limita à ética e às leis. A conclusão do autor é que uma análise histórica, teológica e exegética séria não permite a comprovação da afirmada corrupção.

Está claro que os cristãos devem rejeitar as afirmações do teísmo aberto: suas afirmações históricas são mal informadas – os rabinos seguem Moisés e Isaías, e não Platão e Aristóteles –, sua teologia é mal orientada – os rabinos sustentam que Deus antevê até mesmo as ações futuras livres –, e sua exegese é falha – os rabinos interpretam os antropomorfismos de maneira figurada (p. 49).

O segundo ensaio, escrito por Chad Owen Brand, analisa a crítica quanto à síntese entre a ortodoxia cristã e a filosofia clássica. Brand tenciona mostrar que há muitos aspectos paralelos entre a teologia tradicional e o pensamento grego; no entanto, o apontamento de paralelos não indica necessariamente dependência, a não ser que essa seja claramente demonstrada, o que em muitos aspectos não é possível nessa relação. Em segundo lugar, ele argumenta que, de fato, houve influências não somente da filosofia grega clássica, mas também da filosofia medieval no pensamento teológico tradicional. Contudo, essa influência exercida pela filosofia sobre a teologia se deu mais profundamente no âmbito instrumental do que de conteúdo propriamente dito. Como

homens de seu tempo, os teólogos antigos utilizaram vocabulário e conceitos próprios de seu tempo para comunicar as verdades cristãs. Mas, por serem homens da Bíblia, eles cuidaram para que as controvérsias fossem resolvidas por ela, de forma que se pode afirmar que não houve influência substancial da filosofia pagã na teologia cristã tradicional. Por fim, Brand demonstra que o teísmo aberto, mais que a teologia tradicional, possui paralelos com escolas pagãs de pensamento. Dentre os nomes ou pensamentos que possuem paralelos com o teísmo aberto estão a escola “do processo” de Heráclito, o teísmo do livre-arbítrio de Socino, o dualismo maniqueísta e a desvalorização do Antigo Testamento comum no marcionismo.

Depois de analisar a crítica à teologia judaica e à teologia tradicional, a obra se propõe a considerar em dois ensaios respectivamente as pressuposições filosóficas do teísmo aberto e as razões da difusão do mesmo no pensamento cristão. O primeiro ensaio possui um aspecto peculiar: escrito por Mark R. Talbot, consiste no testemunho de alguém que experimentou o sofrimento na própria pele, o que tem sido, em muitos os casos, a razão principal da adesão ao teísmo aberto; no entanto, ele encontrou consolo no Ser de Deus conforme revelado nas Escrituras Sagradas. Nesse ensaio, Talbot mostra que o edifício teórico do teísmo aberto tem como fundamento um falso conceito de liberdade. Ele argumenta que os teístas abertos abriram mão do conceito bíblico de liberdade, “liberdade para”, em prol do conceito de autonomia comum na filosofia moderna, “liberdade de”, fazendo desse conceito a mola propulsora de seu pensamento. Por conseqüência, outros conceitos determinantes para a teologia foram afetados, dentre eles os de amor, comunhão e autoridade.

Consideradas essas distorções, pode-se inquirir: por que o teísmo aberto tem se difundido tanto entre a teologia cristã? Quais as razões pelas quais o mesmo tem encontrado guarida entre os cristãos? O segundo ensaio dessa parte visa responder a tais perguntas.

William C. Davis, apresenta três razões da rápida difusão do teísmo aberto nos círculos cristãos. A primeira razão tem a ver com suas qualidades. É preciso, segundo Davis, admitir que o teísmo aberto possui características metodológicas elogiáveis, a principal das quais é a atenção para com o texto bíblico. Segundo seus proponentes, a abertura de Deus é conclusão de pura exegese. Além do apego ao texto bíblico, a preocupação com a história da igreja é relevante. Um dos propósitos do teísmo aberto, segundo seus proponentes, é revisar essa história e corrigir seu pensamento distorcido durante esses dois mil anos. Destaca-se ainda sua afirmação de exclusividade. O teísmo aberto não é apresentado como uma alternativa somente, mas como uma correção da única verdade. Por fim, os teístas abertos revelam uma grande ênfase em preocupações pastorais. Sanders afirmou que o seu sistema surgiu da preocupação com o relacionamento do homem com Deus e com a vida de oração. “O teísmo aberto é uma teologia sistemática falha, mas bem-sucedida em parte

porque liga a teologia ao desejo do cristão de conhecer a Deus de maneira íntima” (p. 144). Esses são aspectos que seduzem os cristãos.

A segunda razão da propagação dessas idéias acerca de Deus é o fato de que as mesmas se coadunam com o ambiente cultural atual, ou seja, suas conclusões se encaixam dentro das correntes de pensamento vigentes. Aspectos como a desvalorização da autoridade, a paixão pela liberdade e o paralelo entre liberdade e autonomia, e a impaciência para com o mistério são algumas das semelhanças entre o teísmo aberto e o pensamento pós-moderno.

A terceira razão pela qual o teísmo aberto tem sido visto de maneira simpática em alguns círculos cristãos, e tende a se propagar, é que o mesmo apresenta um Deus para este tempo. O Deus que se abre se encaixa nas expectativas contemporâneas quanto à autoridade, liberdade, mistério e comunidade.

Motivados pelo zelo de resgatar o Deus da Bíblia das distorções gregas, o que eles produziram foi um Deus de distorções norte-americanas. No lugar de um tirano estático, erigiram o derradeiro pai norte-americano. O Deus do teísmo aberto está tranqüilamente livre do mistério e alegremente zeloso em confirmar nossa autonomia (p. 166).

A terceira parte da obra, por sua vez, trata da relação do teísmo aberto com a Escritura Sagrada em termos metodológicos. Quanto a esse aspecto, A. B. Caneday, autor do primeiro ensaio, aponta elogiosamente para o fato de que os teístas abertos valorizam a linguagem antropomórfica usada pela Escritura Sagrada para transmitir conceitos acerca de Deus e seu relacionamento com o ser humano. No entanto, critica de maneira veemente o fato de que esses antropomorfismos não são interpretados por eles como linguagem analógica, mas literal. “O conflito, disseminado dentro da Igreja pelo teísmo aberto, não é se deveríamos conceber Deus com imagens verbais, mas como devemos entender a natureza e a função das imagens bíblicas” (p. 240). Quando se perde de vista o aspecto analógico da revelação divina acontece uma inversão epistêmica. Ou seja, ao invés de olhar para si tendo Deus como ponto de referência, o homem faz de si mesmo o ponto de referência para atribuições a Deus, tornando-o conseqüentemente análogo a si mesmo. Assim se originam os ídolos conforme a imagem e semelhança humanas.

Na quarta parte a obra se propõe a analisar as implicações teológicas da abertura de Deus. Considerando o cerne da proposta do teísmo aberto, a reformulação da doutrina de Deus, mais especificamente sua soberania e onisciência, e a reformulação da doutrina da liberdade humana como liberdade autônoma, Stephen J. Wellum e Paul Kjoss Helseth chamam a atenção para as drásticas conseqüências teológicas acarretadas por essa corrente.

Esses autores mostram primeiramente que a proposta do teísmo aberto enfraquece a base sobre a qual, segundo seus proponentes, sua posição está

fundamentada: a Escritura Sagrada e, mais especificamente, a doutrina fundamental da sua inspiração e inerrância. A crença na liberdade libertária permite uma afirmação lógica da inerrância, mas não oferece garantia alguma de que os autores humanos escreveram exatamente aquilo que Deus quis que escrevessem. A não-onisciência de Deus, por sua vez, compromete as profecias preditivas da Bíblia.

Em segundo lugar, a proposta do teísmo aberto ataca a soteriologia. A negação do conhecimento amplo e definitivo de Deus compromete a doutrina da eleição, tanto na perspectiva calvinista quanto arminiana. Se os indivíduos e suas ações não podem ser conhecidos por Deus antes que existam, Deus não pode tê-los eleito, seja essa eleição baseada nas obras ou não. O mesmo se aplica à obra vicária de Cristo na cruz do Calvário. Se os indivíduos não são conhecidos por ele antes de existirem, a quem Cristo substituiu?

Em terceiro lugar, a reformulação teológica dos teístas abertos quanto à soberania de Deus e a responsabilidade humana abala a expectativa do cumprimento de qualquer esperança escatológica. Se Deus está sujeito a mudanças inesperadas, nada pode garantir que ele cumprirá o que prometeu.

A certeza e a especificidade do plano de Deus, na eternidade passada, para salvar os pecadores; os atos salvíficos de justificação e expiação sacrificial pelo pecado na vida do Israel do AT; a natureza certa da própria morte substitutiva e da ressurreição de Cristo, nosso Salvador; e a confiante e expectante esperança para esta vida e para a eternidade – tudo isso exige uma enorme reformulação diante dos comprometimentos centrais do teísmo aberto (p. 415).

Dois ensaios conclusivos escritos por Wayne Grudem e John Piper, respectivamente, encerram a obra. No primeiro Grudem chama a atenção para a necessidade da redefinição de fronteiras doutrinárias em tempos de controvérsia. Segundo ele, sempre que um falso ensino tenha se tornado um problema significativo e antes que cause grandes danos, ganhando muitos adeptos dentro da organização, eles exigem das organizações religiosas a clarificação de aspectos doutrinários que, embora anteriormente cridos, não estavam claros por questão de necessidade momentânea. Isso deve ser feito basicamente por duas razões. Primeiramente porque as fronteiras doutrinárias funcionam como muros que protegem a igreja de falsos ensinamentos normalmente atrativos. E, em segundo lugar, porque o estabelecimento de fronteiras nos livra de gastar tempo posteriormente em controvérsias, em vez de realizar atividades em prol do crescimento do reino de Cristo.

Piper conclui a obra com um ensaio sobre a gravidade da controvérsia atual. Ele apresenta diversas conseqüências práticas danosas do teísmo aberto e reafirma o fato de que a batalha em questão não é uma batalha intramuros, mas uma luta contra distorções de um dos aspectos mais centrais da fé cristã, sua concepção acerca de Deus. Ele afirma:

Como pastor que deseja fundamentar a vida e o ministério na Bíblia e que quer exaltar Cristo e ser eternamente útil ao meu povo, vejo o teísmo aberto como teologicamente nocivo, desonroso a Deus, depreciativo a Cristo e pastoralmente pernicioso (p. 470).

O livro em apreço é uma crítica bastante contundente da visão de um “novo deus” que parece ingressar na teologia de alguns pensadores do evangelicalismo brasileiro. Portanto, faz-se necessário refletir sobre as considerações básicas levantadas pelos autores dessa obra, dentre as quais é possível ressaltar algumas.

Primeiramente, evidencia-se o fato de que a crítica de que a teologia tradicional foi contaminada pela síntese com pressupostos da filosofia clássica não é original. Essa é a mesma crítica da tradição liberal revisionista do século 19. Quanto à crítica em si, deve-se pontuar que o uso metodológico de conceitos filosóficos dentro de critérios bem definidos não leva necessariamente a distorções no conteúdo, a não ser que o uso do método extrapole certos limites. Calvino mesmo, no Livro I das *Institutas*, sobre a doutrina da trindade, reconheceu que o ideal seria que os termos filosóficos usados para designar essa doutrina fossem sepultados, mas visto que a mesma requeria uma definição precisa que impedisse o erro e, ao mesmo tempo, facultasse certa medida de entendimento daquele santo mistério, ele reconheceu a utilidade dos mesmos.²

Percebe-se também que o teísmo aberto é fruto de uma metodologia exegética comprometida. No que diz respeito ao método exegético, os teístas abertos cometem o erro oposto ao erro da teologia natural: eles *hipostatizaram* os antropomorfismos e antropopatismos deixando de considerá-los como *analogiae scripturae*.

Por fim, a obra se apresenta como um auxílio no desnudamento da suposta neutralidade filosófica do teísmo aberto, apontando os pressupostos sobre os quais o mesmo está erigido. Embora seja bem-vinda toda e qualquer iniciativa que vise uma apresentação do conteúdo bíblico da forma mais isenta possível, é relevante constatar que, na esperança de purificar a teologia dos resquícios metafísicos da filosofia clássica, os teístas abertos aderiram a outros pressupostos mais aceitos num contexto pós-moderno, tais como a equivalência do conceito de liberdade de autonomia, o que, ao que tudo indica, foi feito de forma inconsciente. Além disso, a obra aponta para o perigo de se cair no extremo do modismo crítico próprio da pós-modernidade, que, por definição, tem seu ponto de partida na crença na neutralidade da razão.

Essa obra organizada por Piper, Taylor e Helseth certamente haverá de fortalecer as convicções daqueles que, como eu, crêem na concepção histórica do Deus da Bíblia. Conforme declara a *Confissão de Fé de Westminster*:

² Ver CALVINO, Juan. *Institución de la religión cristiana*. España: FELIRE, 1999. Vol. I.I.13.3, 4, 5.

Há um só Deus vivo e verdadeiro, o qual é infinito em seu ser e perfeições. Ele é um espírito puríssimo, invisível, sem corpo, membros ou paixões; é imutável, imenso, eterno, incompreensível, - onipotente, onisciente, santíssimo, completamente livre e absoluto, fazendo tudo para a sua própria glória e segundo o conselho da sua própria vontade, que é reta e imutável. É cheio de amor, é gracioso, misericordioso, longânimo, muito bondoso e verdadeiro remunerador dos que o buscam e, contudo, justíssimo e terrível em seus juízos, pois odeia todo o pecado; de modo algum terá por inocente o culpado. Deus tem em si mesmo, e de si mesmo, toda a vida, glória, bondade e bem-aventurança. Ele é todo suficiente em si e para si, pois não precisa das criaturas que trouxe à existência, não deriva delas glória alguma, mas somente manifesta a sua glória nelas, por elas, para elas e sobre elas. Ele é a única origem de todo o ser; dele, por ele e para ele são todas as coisas e sobre elas tem ele soberano domínio para fazer com elas, para elas e sobre elas tudo quanto quiser. Todas as coisas estão patentes e manifestas diante dele; o seu saber é infinito, infalível e independente da criatura, de sorte que para ele nada é contingente ou incerto. Ele é santíssimo em todos os seus conselhos, em todas as suas obras e em todos os seus preceitos. Da parte dos anjos e dos homens e de qualquer outra criatura lhe são devidos todo o culto, todo o serviço e obediência, que ele há por bem requerer deles.³

³ *Confissão de Fé de Westminster* II. 1, 2.